JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação das atividades do Senado Federal — Ano V – Nº 901 – Brasília, terça-feira, 22 de junho de 1999

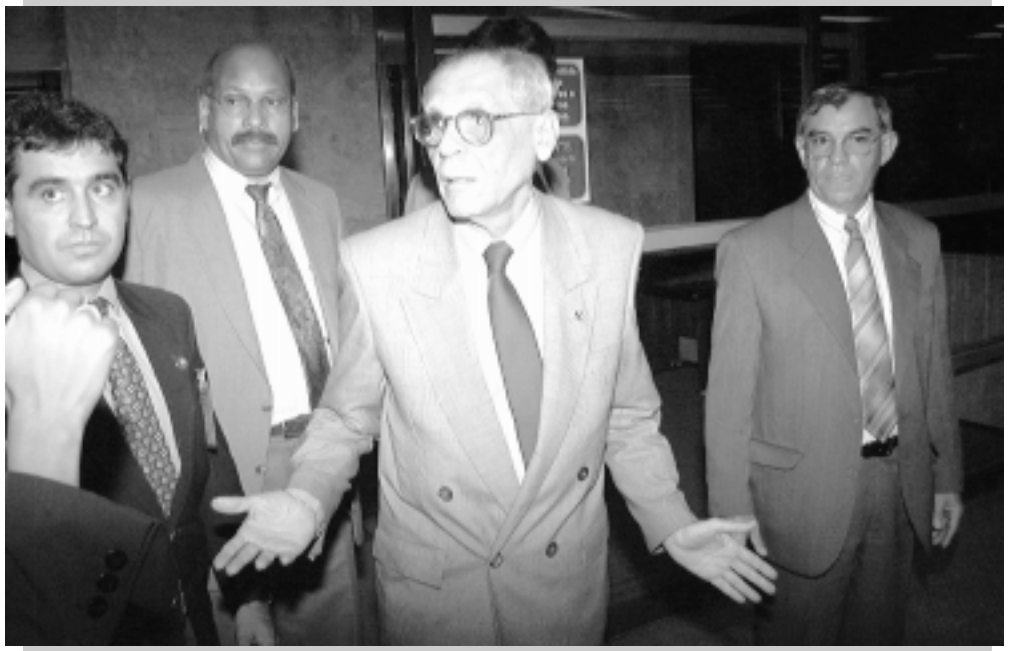
CPI recorre contra as liminares que diminuem seu poder

Bello Parga garante que Comissão Parlamentar de Inquérito tem competência para bloquear bens e quebrar sigilo de pessoas investigadas

A CPI do Sistema Financeiro recebe documentos sobre remessas de dólares para o exterior. Bello Parga defende as prerrogativas da comissão

O presidente da CPI do Sistema Financeiro, senador Bello Parga, apresentou ao Supremo Tribunal Federal, ontem, agravo regimental com o objetivo de obter a reconsideração de duas liminares concedidas por seus ministros ou para que o assunto seja julgado pelo plenário da corte. O presidente garante que a CPI tem poderes para determinar bloqueio de bens e quebra de sigilos bancário, fiscal e telefônico de pessoas investigadas. Ontem, a CPI recebeu dezenas de pacotes com documentos relativos a remessas de dólares para o exterior pelas contas CC-5.

Página 5



Donos de construtora vão depor sobre obra do TRT-SP

Os empresários Fábio Monteiro de Barros e José Eduardo Ferraz, donos da construtora Incal, responsável pela obra da sede das juntas de Conciliação e Julgamento do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo, deverão depor na CPI do Judiciário no dia 29. O anúncio foi feito ontem pelo relator da comissão, senador Paulo Souto.

Página 4

PLENÁRIO Página 3

Senado vota refinanciamento de títulos para pagar precatórios

CAE Página 3

DF e estados podem ter novo prazo para renegociar dívidas

CRE Página 3

Projeto do Executivo cria Sistema Brasileiro de Inteligência

Depois de analisar os dados obtidos com a quebra do sigilo telefônico e bancário dos empresários donos da construtora Incal, a comissão decidiu ouvi-los

CCJ discute projeto que dá prioridade a conclusões de CPIs

Também será apreciada proposta de criação de programas especiais para proteção a testemunhas

Presidida pelo senador José Agripino (PFL-RN), a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) se reúne hoje, depois da Ordem do Dia, para deliberar sobre uma pauta que inclui projeto estabelecendo que o Ministério Público dará prioridade aos procedimentos relacionados com as conclusões das comissões parlamentares de inquérito.

Agripino preside Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Também serão examinados os projetos que dispõem sobre a escolha dos locais de votação de mais fácil acesso para o eleitor deficiente físico, e sobre normas para a organização e manutenção de programas especiais de proteção a vítimas e testemunhas ameaçadas.

Serão votados ainda projetos dispondo sobre a gestão democrática do ensino público; sobre a obrigatoriedade do uso de colete à prova de bala por determinados profissionais; e sobre o regime constitucional dos delegados de polícia de carreira.

CE instala subcomissão para avaliar rádio e TV

A fim de apreciar pauta ordinária e instalar a Subcomissão de Rádio e Televisão, a Comissão de Educação reúne-se hoje, a partir das 11h30, sob a presidência do senador Freitas Neto (PFL-PI). Na ocasião, serão eleitos o presidente e o vice-presidente dessa subcomissão, que terá por missão analisar o conteúdo da programação dos veículos de comunicação no Brasil.

A comissão também apreciará o Projeto de Lei nº 144/99, de autoria do senador Pedro Simon (PMDB-RS), que dispõe sobre a veiculação de programação educativa para crianças em rádio e TV. O projeto conta com parecer favorável do relator, senador Artur da Távola (PSDB-RJ).

A pauta inclui ainda projetos sobre a reutilização de livros didáticos no ensino fundamental e médio; proteção ao patrimônio fossilífero; educação profissional em nível nacional; reserva de vagas nas universidades públicas para alunos oriundos da rede pública de ensino; e o processo de escolha dos dirigentes universitários.

CAS ouve ministro em audiência pública

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS), presidida pelo senador Osmar Dias (PSDB-PR), reúne-se hoje, às 17h, para realizar audiência pública com o ministro do Orçamento e Gestão, Pedro Parente; o diretor-executivo do Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional, Murilo Portugal; e com o diretor-executivo do Brasil no Banco Interamericano de Desenvolvimento, Antonio Cláudio Soachaczewski.

Os convidados falarão sobre os recursos do orçamento da União para a área social, especialmente aqueles obtidos com o suporte dos bancos multilaterais de desenvolvimento, mediante a disponibilização de financiamentos externos para redução da pobreza.

AGENDA

TERÇA-FEIRA, 22 DE JUNHO DE 1999

PLENÁRIO

14h30 - Sessão deliberativa ordinária
Pauta: *PR nº 6/99, altera o art. 12 da Resolução 78/98, que dispõe sobre as operações de crédito interno e externo dos estados, do Distrito Federal, dos municípios e de suas respectivas autarquias e fundações, inclusive concessão de garantias, seus limites e condições de autorização; *PDL nº 35/99, aprova o texto do Acordo sobre Serviços Aéreos, celebrado entre o Brasil e a República de Cingapura; *PR nº 53/98, autoriza a prefeitura municipal de Teresina (PI) a realizar operação de crédito junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), no valor de R$ 18,4 milhões, cujos recursos, oriundos do FAT, serão destinados ao Projeto Vila Bairro; *Requerimento nº 206/99, do senador Romeu Tuma, solicitando a tramitação conjunta das PECs nºs 14 e 17, de 1999, por versarem sobre necessidade da aprovação, pelo Senado Federal, de titulares de instituições financeiras públicas, não constantes da Constituição federal; *Requerimento nº 277/99, do senador Mozarildo Cavalcanti, solicitando a tramitação conjunta do PLS nº 345/99 com os PLSs nºs 189 e 243, de 1999, por tratarem da inclusão dos crimes sexuais e corrupção contra crianças e adolescentes no rol dos crimes hediondos; *Requerimento nº 283/99, do senador Romero Jucá, solicitando a retirada, em caráter definitivo, do PLS nº 42/99-Complementar, de sua autoria, que altera a Lei Complementar nº 69/91, que dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas, para criar brigada especial de combate a incêndio florestal nas regiões amazônica e Centro-Oeste; *Requerimento nº 284/99, do senador Romero Jucá, solicitando a tramitação conjunta das PECs nºs 18 e 20, de 1999, por versarem sobre a redução para a idade de dezesseis anos da imputabilidade penal; e *Requerimento nº 289/99, da senadora Marina Silva, solicitando que sobre o PDL nº 106/99, que susta a Portaria do Ministério da Justiça nº 820/98, que declara de posse permanente dos índios a Terra Indígena Raposa Serra do Sol, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Sociais.

COMISSÕES

10h - Comissão de Assuntos Econômicos
Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: *PR nº 33/99, que estabelece alíquota do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação, nas operações interestaduais com veículos automotores de passageiros; *Ofício "S" nº 19/99, que encaminha ao Senado Parecer Dedip/Diare-99/130, de 1999, contendo manifestação do Banco Central do Brasil acerca do pedido da Prefeitura Municipal de Itaúna (MG) para contratar operação de crédito com o Fundo de Desenvolvimento Urbano (Fundeurb), administrado pelo Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S/A (BDMG), no valor de R$ 2,1 milhões a preços de 1998, destinada a investimentos em infra-estrutura urbana; *PLS nº 84/99, que concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados às doações a entidades sem fins lucrativos; *PLS nº 163/99, que cria contribuição destinada a financiar programas de tratamento de doenças provocadas pelo uso de bebidas alcoólicas; *PLS nº 14/99, altera o art. 1º da Lei nº 9.496/97, para reabrir o prazo de renegociação das dívidas dos estados e do Distrito Federal junto à União; *PLS nº 55/99 - Complementar, altera a redação do parágrafo 2º do art. 15 da Lei nº 4.320/64, que institui normas gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos estados, dos municípios e do Distrito Federal; e *PLS nº 142/96, que estende o benefício do seguro-desemprego ao pequeno produtor rural.
Pauta-extra: *Ofício "S" nº 21/99, que encaminha ao Senado parecer da Dedip/Diare-99/137, de 1999, contendo manifestação do Banco Central do Brasil relativa ao pedido da prefeitura da cidade do Rio de Janeiro para emitir Letras Financeiras do Tesouro do Município do Rio de Janeiro (LFTM - Rio), cujos recursos serão destinados ao refinanciamento da dívida mobiliária vencível no segundo semestre de 1999; *PDL nº 129/99, que escolhe Guilherme Gracindo Soares Palmeira para o cargo de ministro do Tribunal de Contas da União, nos termos do art. 73, parágrafo 2º, inciso II, da Constituição federal; e *Mensagem nº 130/99, submete à apreciação do Senado o nome de Hebe Teixeira Romano da Silva para membro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), do Ministério da Justiça. *Ala Senador Alexandre Costa - Sala 19*

11h30 - Comissão de Educação
Pauta: *PLS nº 225/99, que dispõe sobre a reutilização de livros didáticos no ensino fundamental e médio; *PLS nº 144/99, que dispõe sobre a veiculação de Programação Educativa para Crianças, por meio dos canais de radiodifusão de sons e imagens (televisão), e estabelece sanções pelo seu descumprimento; *PLS nº 245/96, que dispõe sobre a proteção ao patrimônio fossilífero; *PLS 43/99, revoga o art. 2º da Lei nº 9.191/95, altera dispositivos da Lei nº 5.540/68, que regulamentam o processo de escolha dos dirigentes universitários; *PLS nº 236/96, que dispõe sobre a Educação Profissional em Nível Nacional; *PLS nº 111/99, que institui o Dia Nacional de Luta pela Reforma Agrária; *PLS nº 22/99, que denomina "Rodovia Governador Hélio Campos" trecho da BR-174; *PLS nº 298/99, que estabelece reserva de vagas nas universidades públicas para alunos egressos da rede pública de ensino; *PLS nº 273/96, que institui o estudo dos direitos humanos na formação policial; *PLS nº 264/99, acrescenta dispositivos à Lei nº 9.394/96, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional; *PLS nº 252/99, modifica a Lei nº 9.766/98, que altera a legislação do salário-educação; *PLS nº 96/99, que incentiva os meios de comunicação social, de transportes e outras empresas a publicar fotografias com identificação e número telefônico para contato de crianças e adolescentes desaparecidos ou seqüestrados; *PLS nº 36/99, altera o inciso VIII do art. 5º e acrescenta parágrafo ao art. 6º da Lei nº 8.313/91; *PLS nº 314/99, que denomina "Aeroporto Campo dos Palmares - Zumbi e Dandora" o aeroporto Campo dos Palmares, em Maceió (AL); *PLS nº 218/99, que denomina "Senador João Calmon" a Escola Técnica Federal do Espírito Santo - Uned de Colatina; *PLS nº 241/99, que dispõe sobre a criação de selo comemorativo da Semana Nacional da Criança Excepcional; *PLS nº 235/99, que institui o Dia Nacional de Prevenção e Combate à Hipertensão Arterial; *Projetos de Decreto Legislativo nºs 59/99, 95/99, 57/99, 102/99, 101/99, 97/99, 91/99 e 108/99, que tratam de renovação de concessão para emissoras de rádio; e instalação e eleição do presidente e vice-presidente da Subcomissão de Rádio e Televisão. *Ala Senador Alexandre Costa - Sala 15*

14h30 - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização
Pauta: *PL nº 3/99 - CN; *Contas do presidente da República referentes ao exercício de 1997; *BR-393/RJ - divisa MG/RJ - Volta Redonda - entroncamento BR-116 (Mensagem 343/99-CN). *Plenário 2 do Anexo Luís Eduardo Magalhães (Anexo II) da Câmara dos Deputados*

17h - Comissão de Assuntos Sociais
Pauta: Audiência pública com o ministro do Orçamento e Gestão, Pedro Pullen Parente; diretor-executivo do Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional, Murilo Portugal; e diretor-executivo do Brasil no Banco Interamericano de Desenvolvimento, Antônio Cláudio Soachaczewski, para que sejam discutidos os recursos do Orçamento da União para a área social, em particular aqueles obtidos com o suporte dos bancos multilaterais de desenvolvimento, através da disponibilização de financiamento externo para alívio da pobreza. *Ala Senador Alexandre Costa - Sala 9*

17h - CPI do Judiciário
Oitiva: Esdras Augusto de Carvalho, empresário (Jundiaí-SP). *Ala Senador Nilo Coelho - Sala 2*

17h30 - Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional
Pauta: *PLC nº 7/99, que institui o Sistema Brasileiro de Inteligência e cria a Agência Brasileira de Inteligência (Abin). *Ala Senador Alexandre Costa - Sala 7*

17h30 - Comissão de Fiscalização e Controle
Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: *Requerimento do senador Romero Jucá, solicitando a convocação do ministro de Estado do Trabalho e do Emprego, Francisco Dornelles, a fim de discorrer sobre a aplicação dos recursos e o patrimônio atual do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e a liberação de recursos para sindicatos e confederações de trabalhadores; *Diversos nº 2/98, encaminha o relatório sobre a retribuição adicional variável (RAV), referente ao 1º semestre de 1998; *Diversos nº 85/96, encaminha ao Senado cópia da Decisão nº 610/96, adotada pelo Tribunal de Contas da União, e os respectivos relatório e voto que a fundamentam; *Diversos nº 53/97, encaminha cópia da Decisão nº 625/97, adotada pelo TCU, e em atendimento ao disposto no art. 69 da Lei nº 9.473/97 - LDO para o exercício de 1998, dos respectivos relatório e voto que a fundamentam; *Diversos nº 4/99, encaminha ao Congresso Nacional as demonstrações contábeis de 30.6.98, devidamente auditadas, do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO); *Diversos nº 33/98, encaminha ao Congresso Nacional as demonstrações contábeis do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste, administrado pelo Banco do Nordeste; *Diversos nº 38/98, encaminha ao Senado relatório das atividades do TCU, referente ao 3º trimestre de 1998; *Diversos nº 15/98, encaminha ao Congresso relatório das atividades do TCU, referente ao 1º trimestre de 1998; *Diversos nº 35/98, encaminha relatório das atividades do TCU, referente ao exercício de 1995; e *Diversos nº 5/98, encaminha ao Senado as demonstrações contábeis do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste, administrado pelo Banco do Nordeste. *Ala Senador Nilo Coelho - Sala 6*

Após a Ordem do Dia - Reunião extraordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania
Pauta: *PLS nº 57/99, que altera o art. 150 da Lei nº 4.737/65, que institui o Código Eleitoral, determinando a expedição de instruções sobre a escolha dos locais de votação de mais fácil acesso para o eleitor deficiente físico; *PLC nº 22/99, que estabelece normas para a organização e a manutenção de programas especiais de proteção a vítimas e a testemunhas ameaçadas, institui o Programa Federal de Assistência a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas e dispõe sobre a proteção de acusados ou condenados que tenham voluntariamente prestado efetiva colaboração à investigação policial no processo criminal; *PLC nº 52/97, que regulamenta o inciso VI do art. 206 da Constituição federal, dispondo sobre a gestão democrática do ensino público; *PLC nº 75/96, que dispõe sobre a obrigatoriedade do uso de colete à prova de bala por profissionais nas condições que especifica; *PLS nº 158/99, que dispõe sobre a prioridade nos procedimentos a serem adotados pelo Ministério Público e por órgãos a respeito das conclusões das comissões parlamentares de inquérito; *PLC nº 107/96, que altera a Lei nº 8.935/94, que regulamenta o art. 236 da Constituição federal, dispondo sobre serviços notariais e de registro; *PLS nº 10/99, que altera dispositivo da Lei nº 6.811/80, sobre a destinação da taxa judiciária de que trata o art. 20 do Decreto-Lei nº 115/67, alterado pelo art. 2º do Decreto-Lei nº 246/67; *PR nº 13/99, que dá nova redação aos arts. 337 e 341 do Regimento Interno do Senado Federal; *PLC nº 20/99, que acrescenta artigo à Lei nº 9.099/95; e *PEC nº 28/99, que acrescenta artigo às Disposições Constitucionais Gerais, dispondo sobre o regime constitucional dos delegados de polícia de carreira. *Ala Senador Alexandre Costa - Sala 3*

Após a Ordem do Dia - CPI do Sistema Financeiro
Pauta: Manoel Pinto de Souza Junior - ex-superintendente do Banco do Brasil; Jair Antonio Bilachi - ex-presidente da Previ. *Ala Senador Alexandre Costa - Sala 19*

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (061) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL
Presidente: Antonio Carlos Magalhães
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Ademir Andrade
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima (licenciado)
2º Secretário: Carlos Patrocínio (no exercício da 1ª Secretaria)
3º Secretário: Nabor Júnior
4º Secretário: Casildo Maldaner
Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (061) 311-3211
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (061) 311-1070
Diretor do Jornal do Senado: Flávio de Mattos (061) 311-3336
Diretor da Agência Senado: José do Carmo Andrade (061) 311-3327
Editor-Chefe: João Carlos Ferreira da Silva
Editores: Marcos Magalhães, Sylvio Guedes, Djalba Lima e Sylvio Costa
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda
Revisão: Lindolfo Amaral, Maria das Graças Aureliano e Miqueas Dantas de Morais
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro, Waldemir Rodrigues, José Cruz e Jane Araújo
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do Jornal do Senado é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Plenário vota normas para pagamento de precatórios

Projeto de resolução permite o refinanciamento dos títulos estaduais e municipais cuja renegociação havia sido suspensa

O Senado vota hoje projeto de resolução que permite o refinanciamento, junto à União, dos títulos públicos emitidos após 13 de dezembro de 1995 para pagamento de precatórios. Esses papéis tiveram sua negociação suspensa pela CPI que investigou o assunto em 1997. A proposta encarrega a Justiça de decidir se os títulos são válidos ou não. Enquanto isso, a União deverá depositar os valores em juízo.

De autoria do senador José Fogaça (PMDB-RS), o texto a ser votado é resultado das discussões das comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e de Assuntos Econômicos (CAE) sobre o projeto original do senador José Agripino Maia (PFL-RN) e sobre o parecer do senador Francelino Pereira (PFL-MG). O senador Roberto Requião (PMDB-PR) apresentou voto em separado para que se proibisse o refinanciamento desses títulos.

Mas Fogaça considerou que o depósito judicial do resgate desses títulos, estabelecido em seu texto, descaracteriza a condição de inadimplência vivida pelos estados, particularmente por Pernambuco, que se recusou a pagá-los. O senador disse também que optou por remeter à Justiça a decisão sobre a constitucionalidade ou não dos títulos, por entender que não caberia ao Senado definir, preliminarmente, se os títulos são válidos ou não.

Fogaça, autor do texto que vai a votação, diz que cabe à Justiça decidir se os títulos são válidos ou não

– Minha primeira preocupação foi estabelecer que não deve haver resgate puro e simples dos títulos em questão. É preciso que a Justiça se pronuncie de maneira cabal a respeito da validade jurídica desses títulos antes que sejam resgatados pela União e estados. O resgate deve ser depositado judicialmente em conta vinculada até o pronunciamento da Justiça – diz José Fogaça.

SUS

Amanhã, os senadores votam em segundo turno proposta de emenda constitucional (PEC) do senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) que estabelece padrões mínimos de destinação de recursos dos orçamentos públicos para o Sistema Único de Saúde.

A proposta, aprovada em primeiro turno pelos senadores por unanimidade, determina que a União destinará pelo menos 30% dos recursos do orçamento da Seguridade Social para o SUS.

Os estados e o Distrito Federal participarão com aplicação de 12% dos recursos e os municípios com, no mínimo, 10%.

Parlamentares examinam verbas para estradas

O plenário da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, presidida pelo deputado Lael Varela (PFL-MG), reúne-se hoje, às 14h30, para apreciar dotação de recursos ao Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER), do Ministério dos Transportes, a serem aplicados na BR-393, no entroncamento da rodovia com a BR-116, em Volta Redonda.

Outra dotação a ser apreciada refere-se a crédito suplementar de R$ 42,6 milhões, destinados a reforçar os recursos sob supervisão do Ministério da Fazenda na rubrica orçamentária "encargos financeiros da União".

A comissão também deverá deliberar a respeito de parecer sobre as contas do presidente da República, referente ao exercício de 1997.

Jucá propõe debate sobre privatização da Telebrás

A Comissão de Fiscalização e Controle vota hoje requerimento para a convocação de líderes de opinião, que prestarão informações sobre o primeiro ano de funcionamento do sistema Telebrás em mãos da iniciativa privada. O requerimento, de autoria do senador Romero Jucá (PSDB-RR) pede o comparecimento do deputado estadual Gilmar Tato (PT-SP), relator da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Telefonia de São Paulo, de um representante da Federação Nacional dos Telefônicos (Fitel) e do jornalista Aloísio Biondi, jornalista econômico autor de um livro contendo balanço das privatizações, incluindo a da telefonia.

Jucá espera que os convocados possam fazer avaliação dos resultados da privatização do ponto de vista do atendimento aos usuários. O senador por Roraima também está requerendo a convocação do ministro do Trabalho, Francisco Dornelles para falar sobre a aplicação dos recursos e o patrimônio atual do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), bem como sobre a liberação de verbas para os sindicatos e confederações de trabalhadores.

A Comissão de Fiscalização e Controle examina ainda onze relatórios, entre eles as demonstrações contábeis relativas ao primeiro semestre do Fundo Constitucional do Centro-Oeste (FCO), do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste e das atividades desenvolvidas pelo Tribunal de Contas da União (TCU).

CAE analisa novo prazo para renegociação de dívidas estaduais

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), presidida pelo senador Ney Suassuna (PMDB-PB), reúne-se hoje às 10 horas, para apreciar 20 itens, entre os quais projeto do senador Luiz Estevão (PMDB-DF) propondo a reabertura, até o final deste ano, do prazo de renegociação das dívidas dos estados e do Distrito Federal junto à União. Segundo o senador, o prazo fixado pela lei – 31 de março de 1998 – não permitiu que o DF participasse da reestruturação financeira pela qual passaram as demais unidades da Federação.

Outra matéria incluída na pauta da CAE fixa o prazo de até 60 dias após a entrega da declaração de Imposto de Renda (IR) para as delegacias da Receita Federal ou instituições financeiras autorizadas a efetuarem a restituição do imposto descontado na fonte ou pago a título de antecipação. O projeto é do senador Pedro Simon (PMDB-RS) e tem parecer favorável do relator, José Eduardo Dutra (PT-SE).

Presidente da CAE, Suassuna deve pôr em votação projeto que fixa prazo para restituição do IR

Um projeto de iniciativa da Câmara determina a obrigatoriedade de os novos aparelhos de televisão conterem dispositivo que permita ao usuário bloquear a recepção de programas transmitidos pelas emissoras. O relator, Antero Paes de Barros (PSDB-MT), tem parecer favorável à matéria.

Solicitação da prefeitura de Itaúna para contratar operação de crédito com o Fundo de Desenvolvimento Urbano, gerido pelo Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais, no valor de R$ 2,1 milhões, destinados a investimentos em infra-estrutura urbana, tem parecer favorável do relator, Luiz Otávio (PPB-PA).

Com parecer favorável do relator, José Alencar (PMDB-MG), a CAE vai analisar pedido de empréstimo do governo do Piauí junto ao Banco do Nordeste, com recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de R$ 10 milhões. O dinheiro será destinado à execução do Programa de Desenvolvimento Turístico do Nordeste (Prodetur) no estado.

A CAE também apreciará pedido da prefeitura do Rio de Janeiro (RJ) para emitir letras financeiras do tesouro municipal, e a escolha de Guilherme Gracindo Soares Palmeira e Hebe Teixeira Romano Pereira da Silva para os cargos de ministro do Tribunal de Contas da União e conselheira do Conselho Administrativo de Defesa Econômica, respectivamente.

CRE aprecia proposta que cria agência de inteligência

O projeto do Executivo que cria a Agência Brasileira de Inteligência (Abin) será apreciado hoje, às 17h30, pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), presidida pelo senador José Sarney (PMDB-AP). A matéria tem parecer favorável do relator, Romeu Tuma (PFL-SP). Na última terça (dia 15) a votação do projeto foi adiada em virtude de a senadora Emilia Fernandes (PDT-RS) não estar presente para defender emenda de sua autoria à matéria.

A proposta de Emilia reproduz emenda já rejeitada, de autoria do senador José Eduardo Dutra (PT-SE) impugnando a criação de cargos em comissão na estrutura da Abin. Segundo a senadora, o motivo é que "não seria apropriado o aumento de despesas nessa fase de contenção de gastos" e que se poderia deslocar pessoal lotado atualmente na Casa Militar. Tuma explicou que rejeitou a emenda porque os cargos em comissão a serem criados visam justamente a romper com o passado e permitir a contratação de pessoal novo e especializado para a Abin.

Além de criar a Abin, órgão central responsável pelo assessoramento direto do presidente da República, o projeto institui o Sistema Brasileiro de Inteligência, que integra as ações de planejamento e execução das atividades de inteligência no país. Os órgãos e entidades que formarão o sistema também são definidos na proposta.

O projeto, já aprovado na Câmara, recebeu uma emenda do relator, aprovada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), definindo a composição do órgão de controle externo da atividade de inteligência no país, que estará a cargo do Congresso Nacional. O relator na CCJ também foi o senador Romeu Tuma.

Na CCJ, Tuma argumentou que a criação dos cargos é necessária, pois a Agência poderá contar com corpo técnico especializado e eficiente para atender a sua estrutura, composta de 17 unidades nos estados, além dos órgãos centrais. Ele acrescentou que, mesmo com a criação dos cargos, a Abin não atinge o limite de 10% de cargos comissionados, estabelecido em lei.

Relator do projeto na CCJ e na CRE, o senador Romeu Tuma defende a criação da Abin

Lúdio alerta para riscos de invasão de terras produtivas

O senador Lúdio Coelho (PSDB-MS) alertou ontem para a gravidade da situação no campo em conseqüência das invasões de terras produtivas que vêm acontecendo em Mato Grosso do Sul e em outros estados agrícolas. "O que deve fazer o proprietário rural? Ele se sente inseguro, porque sabe que suas terras podem ser invadidas a qualquer momento", disse.

Se o proprietário rural vai à Justiça e obtém liminar para desocupação, "o poder público não a cumpre porque tem dificuldade em retirar grande número de famílias", afirmou o senador. Lúdio salientou que o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST), atualmente, pouco tem a ver com trabalhadores rurais. "São pessoas que possuem pequenos negócios na cidade ou são desempregados urbanos", assegurou.

Lúdio Coelho disse que todos aprovam a reforma agrária, mas observou que não se pode aceitar desrespeito às leis. Ele citou reportagem publicada no último domingo no jornal *O Estado de S. Paulo* "mostrando que o MST e a Coordenadoria Latino-Americana de Organizações do Campo (Cloc) decidiram estimular manifestações para acelerar a luta de classes e desenvolver uma estratégia para a tomada do poder".

Ainda citando o jornal, o senador por Mato Grosso do Sul informou que esses grupos, apoiados pelo PT, pela CUT e por membros da Igreja, reuniram-se em Sidrolândia (MS), a 70 km de Campo Grande. "Quero alertar o Senado e a nação brasileira para os perigos que cercam as invasões de terras produtivas, principalmente quando são incentivadas em reuniões como essa", acrescentou.

Lúdio Coelho declara-se a favor da reforma agrária e contra o desrespeito à lei

Em aparte, o senador Tião Viana (PT-AC) disse que o jornal comete um "equívoco de interpretação" ao dizer que o PT é favorável à ocupação de terras produtivas. "O PT defende o direito legítimo dos trabalhadores rurais de terem um pedaço de terra para plantar, mas não aprova a ocupação de terras produtivas", observou.

Também em aparte, o senador Leomar Quintanilha (PPB-TO) afirmou que a invasão de terras está virando indústria. "A desordem e a desobediência civil precisam ser coibidas com rigor. A reforma agrária também precisa ser modificada porque os assentamentos estão sendo feitos com pessoas sem qualquer conhecimento rural e, em conseqüência, não geram produção agrícola", sugeriu.

Nabor pede ao governo que impeça "revolução do MST"

O senador Nabor Júnior (PMDB-AC) alertou o governo para a possibilidade de uma revolução socialista no Brasil comandada pelo Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST). Nabor pediu que o governo analise com mais empenho a tensão social em que vive o país. "Se não houver a desmobilização desse movimento, que tem interesses não só econômicos mas políticos também, partiremos para um movimento revolucionário", avaliou o senador.

Em aparte, o senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM) reconheceu o esforço do governo em realizar assentamentos "reais", mas disse que não adianta dar terra se não houver estrada e técnicos agrícolas que ensinem como e o que plantar. "Porque nós não temos tradição agrícola e quem vem de fora não conhece a Amazônia", explicou.

Nabor defendeu investimentos em infra-estrutura para viabilizar assentamentos da reforma agrária na Amazônia. Segundo ele, projetos de assentamento do Incra no Acre estão sendo abandonados pelos trabalhadores por falta de infra-estrutura para produzir e escoar a produção e, com isso, está havendo reconcentração de terras nas mãos de médios e grandes proprietários.

Nabor observa que o MST tem interesses não só econômicos, mas também políticos

De acordo com Nabor Júnior, o Acre dispõe de mais de um milhão de hectares para assentamentos da reforma agrária, o que daria para instalar de 100 mil a 200 mil trabalhadores. O senador sugeriu que o governo, em vez de pagar desapropriações de propriedades caras, invista mais em infra-estrutura nas regiões que dispõem de grandes estoques de terra e que o Incra faça um levantamento minucioso para determinar o número exato de trabalhadores que querem ser assentados em projetos de reforma agrária.

Donos de construtora de prédio do TRT-SP depõem no dia 29

Anúncio é feito pelo relator da CPI, que disse ter obtido informações importantes com a quebra de sigilo telefônico e bancário dos acusados

Os empresários Fábio Monteiro de Barros e José Eduardo Ferraz, donos da construtora Incal, responsável pela obra da sede das juntas de Conciliação e Julgamento do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo, depõem no dia 29 na CPI do Judiciário. O anúncio foi feito ontem pelo relator da comissão, senador Paulo Souto (PFL-BA), que disse ter reunido informações importantes sobre o caso, a partir da análise dos dados obtidos com a quebra do sigilo telefônico e bancário dos empresários e do juiz aposentado Nicolau dos Santos Neto.

– Os depoimentos nem sempre representam a fase mais importante de nossas investigações. A coleta de informações nos permite analisar eventuais ligações que devem ser investigadas. Havendo envolvimento concreto, marcamos o depoimento – explicou.

O relator disse que as duas comissões parlamentares de inquérito em funcionamento no Senado têm tido comportamento "bastante cauteloso" no que toca ao recurso da quebra de sigilo bancário e telefônico. Segundo o senador, o caso do TRT-SP constitui exemplo de como a quebra de sigilo contribui para o avanço nas investigações de irregularidades. "A revelação das informações bancárias do juiz Nicolau ajudou muito as apurações", citou o senador, referindo-se a depósitos vultosos em contas do magistrado.

Souto afirma que CPIs do Senado têm comportamento "bastante cauteloso" em relação ao sigilo bancário e telefônico

Souto disse temer que a decisão do Supremo Tribunal Federal que concedeu liminares restringindo a quebra de sigilo pela CPI do Sistema Financeiro possa dificultar as investigações no Judiciário. Ele defendeu um esforço dos senadores das duas comissões para que haja um entendimento entre Legislativo e Judiciário, de forma a garantir o exercício desse recurso pelas comissões parlamentares de inquérito.

Contador fala sobre verbas internacionais

A CPI do Judiciário ouve hoje, a partir das 17h, o ex-contador do Centro de Orientação do Menor de Jundiaí (Comej) Esdras Augusto de Carvalho, que deve explicar as suspeitas de que a instituição teria recebido recursos de organismos internacionais para intermediar adoções de crianças na cidade de Jundiaí (SP).

Entre 1992 e 1998, foram autorizadas 484 adoções no município, que tem 380 mil habitantes. O índice é considerado alto, se comparado com municípios maiores, como Guarulhos, de 800 mil habitantes, que teve cinco casos de adoção por estrangeiros no período, ou Campinas, com 1,2 milhão de habitantes, que teve 40 casos.

ENTIDADE

A CPI investiga a participação do juiz Luiz Beethoven Giffoni Ferreira, então titular da comarca de Jundiaí. Depoimentos dados à comissão indicaram que o juiz e a promotora de menores, Inês Bicudo, seriam os fundadores do Comej.

Este é o único depoimento desta semana, e conforme o relator da CPI, senador Paulo Souto, nos outros dias os senadores vão se dedicar à análise dos documentos enviados à comissão.

Freire diz que comissão age com responsabilidade

O senador Roberto Freire (PPS-PE) elogiou a atuação da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que apura irregularidades no Poder Judiciário, afirmando que as investigações não estão se sobrepondo às leis e que a CPI está exercendo seu papel com a dignidade e a responsabilidade pública adequadas.

– A comissão demonstra maturidade em não discutir o poder judicante, atendo-se a apurar denúncias de desvios administrativos e de ilícitos.

Freire lembrou que, no último dia 25 de março, subiu à tribuna para alertar o país dos riscos que envolviam a criação da CPI, com a possível investigação de sentenças, o que se constituiria numa "clara inconstitucionalidade". Lembrou também a luta de mais de 20 anos em favor do restabelecimento do estado de direito no Brasil, da separação dos poderes, da liberdade, da pluralidade e do respeito à soberania popular.

– Onze anos depois, colocar um dos poderes sob investigação de outro, na nossa engenharia institucional, poderia gerar uma crise sem precedentes, inviabilizando a independência e a harmonia entre os poderes.

Freire analisa atuação da CPI e diz que instituições não foram abaladas

Freire acrescentou que, felizmente, as instituições não foram abaladas.

– Por isso nos regozijamos: por estarmos investigando um dos poderes da República, com toda a carga de responsabilidade que isso implica, sem causar retrocessos ou provocar renúncias para a sociedade.

O senador anunciou ter encaminhado à CPI material enviado por Fernanda Santos, do Recife, com denúncias sobre a Justiça do estado de Pernambuco. Freire destacou que o foro para discussão da pertinência das denúncias é a própria CPI.

Bello Parga recorre contra liminares

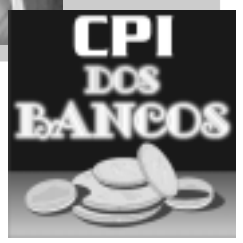
Presidente da CPI apresenta agravo regimental para alterar decisões adotadas provisoriamente por ministros ou para que o tema seja logo apreciado pelo plenário do STF

O presidente da CPI do Sistema Financeiro, senador Bello Parga (PFL-MA), apresentou ontem ao Supremo Tribunal Federal (STF) agravo regimental para a mudança de duas liminares concedidas por seus ministros ou para que o assunto seja julgado pelo plenário da suprema corte. Nos documentos, o presidente da CPI cita a Constituição, o Código de Processo Penal, o Regimento Interno do Senado e pareceres de juristas para sustentar que comissão de inquérito tem poderes para determinar bloqueio de bens e quebra de sigilos bancário, fiscal e telefônico de pessoas investigadas.

Os agravos são dirigidos aos ministros Sepúlveda Pertence e Octavio Galotti. Pertence beneficiou com liminar Francisco Lopes, ex-presidente do Banco Central, e Galotti, por sua vez, concedeu liminar a Sérgio Leal Campos, que possui ações do Banco FonteCindam, permitindo a liberação de seus bens.

O senador Bello Parga afirma que Francisco Lopes era presidente do BC quando os bancos Marka e FonteCindam foram autorizados a comprar dólares abaixo da cotação do dia e esta operação é um dos fatos sob investigação da CPI. A liminar do ministro do STF, conforme o senador, coloca o ex-presidente do BC numa situação de "intocável", que não poderia ser investigado. Lembrou ainda que Francisco Lopes silenciou perante os senadores da CPI quando convocado.

Bello Parga disse esperar que o Supremo se pronuncie "o mais rápido possível"



Conforme o agravo regimental, a liminar que determina a suspensão da quebra dos sigilos de Francisco Lopes é uma "insuportável, indevida e violenta" intromissão do Judiciário no Legislativo, o que fere a independência e harmonia dos três Poderes. Admitir tal interferência, conforme o documento, seria aceitar que o Judiciário possa determinar os rumos das investigações de CPIs e quais pessoas ou fatos poderiam ou não sofrer investigação.

Em entrevista à imprensa, o senador Bello Parga disse esperar que o STF se pronuncie "o mais rápido possível" sobre o assunto e admitiu que, se necessário, a CPI irá prorrogar o prazo de seus trabalhos, que se encerram ao final da primeira quinzena de setembro. Indagado sobre o que ocorrerá caso o pleno do STF confirme as liminares, o presidente da CPI afirmou que, a partir daí, "o problema passaria a ser de todo o Congresso Nacional e se teria de pensar então numa solução política".

Solução política, a ser ver, não significa mudar a Constituição para deixar claro o que uma comissão parlamentar de inquérito pode fazer. "Mudar a Constituição demora muito e isto prejudicaria a CPI dos Bancos", disse o senador.

Para Simon, "se a CPI não puder olhar contas bancárias, não terá como investigar"

Simon critica suspensão de quebra de sigilo

A decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) de suspender liminarmente a quebra do sigilo bancário de Francisco Lopes, ex-presidente do Banco Central, foi criticada ontem pelo senador Pedro Simon (PMDB-RS). "A lei diz que a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) tem poder de investigação equivalente ao da Justiça", disse Simon em discurso no plenário.

O senador, entretanto, recomendou moderação ao presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, que, na sua opinião, teria se excedido nas declarações sobre o STF. "Se o Antonio Carlos estivesse usando linguagem moderada, a situação do Supremo estaria bem mais difícil", disse. Simon ressalvou que o conteúdo das declarações do presidente do Senado é correto.

Ele pediu aos ministros do STF que atentem para a natureza da decisão que estão tomando, já que, em nome da defesa dos direitos individuais, estão impedindo a investigação das contas bancárias de pessoas suspeitas de lesarem os cofres públicos. "Não vejo ninguém invocando os direitos individuais para garantir a sobrevivência daqueles brasileiros que não ganham o mínimo para comer, como está previsto na Constituição."

Pedro Simon rebateu afirmação, contida em nota oficial do PT, de que o país estaria vivendo uma crise institucional. "O que está ocorrendo é uma divergência de interpretação com respeito ao papel das CPIs entre o Supremo e o Senado", disse.

A descoberta da relação financeira entre o ex-presidente Fernando Collor e o falecido Paulo César Farias e a cassação de dez parlamentares que desviaram verbas do Orçamento foram citadas pelo senador como exemplo do papel importante que as CPIs têm desempenhado. "Se a CPI não puder olhar contas bancárias, não terá como investigar", alertou.

Segundo ele, se o Supremo julgar o mérito da questão e decidir que a CPI do Sistema Financeiro não pode quebrar o sigilo bancário dos investigados, os trabalhos da comissão terão que ser suspensos para um debate sobre o assunto.

O senador Amir Lando (PMDB-RO) aparteou Simon para reafirmar que de acordo com a legislação em vigor, a CPI tem poderes de investigação equiparáveis aos da Justiça.

Empréstimo do BB à Encol será investigado

O senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO), integrante da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Sistema Financeiro, alertou ontem, em entrevista à imprensa, que a comissão irá investigar apenas o empréstimo de aproximadamente R$ 200 milhões que o Banco do Brasil concedeu à construtora Encol quando ela já enfrentava dificuldades financeiras. "A CPI não vai resolver os problemas dos mutuários da Encol", afirmou.

A notícia de que a CPI ouvirá amanhã o ex-dono da Encol, Pedro Paulo de Souza, e ex-diretores do Banco do Brasil "criou uma expectativa muito grande e há quem acredite que a CPI tentará uma solução para os mutuários da Encol, o que absolutamente não é verdade", acrescentou Eduardo Siqueira Campos.

Hoje, às 17h, a CPI ouvirá o ex-superintendente do BB no Distrito Federal Manoel Pinto de Souza Júnior, que ocupou o cargo na época em que a construtora recebeu o empréstimo. No mesmo dia, será tomado o depoimento de Jair Bilachi, ex-presidente da Previ (fundo de pensão dos funcionários do Banco do Brasil). Amanhã, além do ex-dono da Encol, a CPI ouvirá Marco Antônio Borela e Rodrigo Dimas de Souza, ex-diretores da construtora. Também será ouvido o síndico da massa falida da Encol, Roldão Izael Cassimiro.

Chegam à comissão documentos do BC sobre remessas de dólares ao exterior

A CPI do Sistema Financeiro recebeu ontem, do Banco Central, dezenas de pacotes com cópias de documentos, transportados em uma caminhonete, sobre remessas de dólares feitas ao exterior pelas chamadas contas CC-5 do BC. A CPI quebrou há cerca de um mês o sigilo bancário dessas contas e pediu ao Banco Central o nome de toda empresa ou pessoa que tenha remetido dinheiro para o exterior.

O presidente da CPI, senador Bello Parga (PFL-MA), anunciou que a CPI só examinará as remessas superiores a US$ 100 mil.

Dezenas de pacotes com cópias de documentos foram transportados ontem em uma caminhonete do Banco Central ao Senado

A documentação será investigada por uma equipe de funcionários do Senado chefiada pelo senador Roberto Freire (PPS-PE), a pedido do relator da CPI, senador João Alberto (PMDB-MA). A CPI vem apurando denúncia de que uma parte das remessas pelas contas CC-5 seria de dinheiro "sujo", oriundo de tráfico de droga, contrabando e caixa dois de empresas.

Em depoimento à CPI, o procurador da República em Cascavel (PR), Celso Antônio Três, que investigou as CC-5 em busca de dinheiro de tráfico e contrabando, informou ter encontrado dezenas de operações onde foram usados "laranjas" na remessa, encobrindo os nomes dos verdadeiros donos do dinheiro.

José Jorge estranha decisão do Supremo

O senador José Jorge (PFL-PE) manifestou sua estranheza em relação à decisão do STF de não permitir que a CPI do Sistema Financeiro quebre sigilo bancário, telefônico e fiscal do ex-presidente do Banco Central, Francisco Lopes. "Acho grave que o STF tenha agido assim, justamente quando há uma outra CPI funcionando, exatamente para investigar o Poder Judiciário", ressaltou.

José Jorge afirmou que, em todos os seus anos de congressista, sempre acreditou que uma CPI tivesse poderes para quebrar sigilos de pessoas que estivessem sendo investigadas: "Nunca soube haver qualquer dúvida quanto a esse direito".

Em aparte, o senador Roberto Saturnino (PSB-RJ) concordou haver uma "tensão" no ar, em relação ao funcionamento da CPI do Judiciário. "Esta foi uma decisão equivocada que, espero, será revista pelo plenário do STF. Identifico, porém, um nervosismo ainda maior em relação à CPI do Sistema Financeiro, porque ela pode identificar interesses que giram em torno do setor", observou Saturnino.

Amorim considera abertura do setor elétrico inconstitucional

Medidas provisórias (MPs) que viabilizam a abertura do setor elétrico à iniciativa privada apresentam diversos aspectos inconstitucionais, segundo avaliação do senador Ernandes Amorim (PPB-RO), que listou irregularidades detectadas no arcabouço legal de amparo da emenda constitucional que permite a privatização do setor.

Amorim pediu a Fernando Henrique mais atenção ao setor elétrico

– Ao que parece, estão transformando a privatização do setor elétrico em uma associação entre amigos, em detrimento do interesse público, como demonstram também as elevações de tarifas do setor, sem justificativas plausíveis – disse Amorim.

As críticas do senador concentram-se sobre a MP 1.819, a qual permite que a Eletrobrás participe em empresa privada de geração de energia termelétrica, fazendo com que suas controladas e subsidiárias comprem a energia produzida sem licitação.

– Em outras palavras, o Estado entra com dinheiro para particular executar serviço público e compra esse serviço por preço superfaturado, deixando o lucro ao terceiro beneficiado, cuja escolha não tem critérios públicos – analisou.

Amorim citou ainda a MP 1.560, declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Segundo o tribunal, a medida fere dispositivo que proíbe a edição de MP para regulamentar emenda constitucional e que condiciona a participação de empresas públicas em empresas privadas a uma "autorização legislativa", o que exclui a adoção de MP.

Porém, como noticiado na imprensa, alertou Amorim, o ministro de Minas e Energia, Rodolpho Tourinho, pretende encaminhar ao Congresso projeto de lei baseado na MP inconstitucional para que as mudanças sejam aprovadas pelo Legislativo, sob o argumento de ver sanadas as ilegalidades.

– A inconstitucionalidade dessas medidas provisórias não ocorre apenas por esses motivos. Ao que parece, não há preocupação em retirar os demais aspectos inconstitucionais, apenas em formalizar em lei – criticou.

Como exemplo dessas irregularidades, o senador citou a associação da Eletrobrás a um produtor independente em Rondônia, que está fornecendo energia à Ceron (Companhia de Eletricidade de Rondônia), controlada pela Eletrobrás, a preço superfaturado.

– No caso de Rondônia, e isso possivelmente também ocorre em outros casos, só a Eletrobrás entrou com o dinheiro e as termelétricas foram cedidas em comodato pela concessionária por ela controlada (Ceron), que contratou a compra da energia produzida sem licitação – informou Amorim.

Na avaliação do senador, o presidente Fernando Henrique Cardoso deve prestar atenção ao que está acontecendo no setor elétrico e checar as empresas às quais a Eletrobrás associou-se com autorização da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

Patrocínio pede combate à violência contra os jovens

Senador qualifica como "estarrecedor" aumento de quase 100% no número de mortes violentas de pessoas entre 15 e 24 anos

É preciso promover a associação das políticas de desenvolvimento com as de reaparelhamento jurídico-repressivo do Estado no combate à violência, defendeu o senador Carlos Patrocínio (PFL-TO), primeiro-secretário em exercício do Senado, ao divulgar dados da Unesco sobre a morte violenta de jovens no Brasil entre 1979 e 1996.

Comparando os registros de 1979 com os de 1996, o estudo revela que as mortes violentas de jovens entre 15 e 24 anos cresceram quase 100%, "o que é realmente estarrecedor", disse o senador. Segundo o diagnóstico, no final de 1996, os acidentes de trânsito, homicídios e suicídios vitimaram 24.409 jovens nesta faixa etária, enquanto que, em 1979, 12.271 jovens foram mortos, acrescentou.

Carlos Patrocínio vê em dados da Unesco um "filme de horror"

Conforme Carlos Patrocínio, a Unesco revela também que os homicídios cresceram vertiginosamente e são a principal causa das mortes violentas entre adolescentes no Brasil. Em 1979, 6.943 jovens foram assassinados, enquanto em 1996 foram 15.231, ou seja, 62,4% do total de 24.409 que pereceram por mortes violentas, acrescentou.

– Outros dados lastimáveis mostram que os jovens no Brasil correm cinqüenta vezes mais riscos de morrer assassinados do que na Espanha ou na Irlanda – disse Carlos Patrocínio. Ele ressaltou que, de acordo com a Organização Mundial de Saúde, que realizou levantamento semelhante ao da Unesco em 37 países, apenas Colômbia, Rússia, Venezuela e Estônia apresentam índices de violência contra jovens piores do que os do Brasil. A pesquisa da Unesco aponta que Vitória encabeça a lista de cidades como a mais violenta entre os jovens, seguida por Recife e Rio de Janeiro, concluindo que nestas três capitais os jovens têm mais chances de ser assassinados do que na Colômbia.

– Os dados que acabamos de mostrar são reveladores de um verdadeiro filme de horror, de uma macabra carnificina e nos causam, ao mesmo tempo, tristeza e vergonha. A imagem do brasileiro cordial, afável, alegre, hospitaleiro, brincalhão e solidário é parte de um passado remoto e só existe mesmo nas páginas de *Raízes do Brasil* do escritor Sérgio Buarque de Holanda – lamentou Carlos Patrocínio, ressaltando que o aumento da violência está diretamente associado à falta de emprego, de equipamentos sociais e de atenção dos poderes públicos.

Emilia Fernandes pretende garantir os direitos dos usuários dos serviços de saúde

Emilia Fernandes quer tornar obrigatórios os prontuários

Projeto de autoria da senadora Emilia Fernandes (PDT-RS) torna obrigatória a elaboração de prontuários médicos para todo paciente que tenha sido atendido em hospitais ou demais estabelecimentos de atenção à saúde. O acesso do paciente ou da família a esses registros – que deverão ser guardados pelo prazo de 18 anos – será facilitado, assim como as explicações de que necessitarem sobre as informações anotadas.

Emilia explicou que, apesar da determinação constar do Código de Ética Médica, é comum constatar a inexistência do prontuário. A senadora observou ainda que, do ponto de vista do paciente, não é universal o conhecimento ao direito de acesso às informações do prontuário, além dos casos em que os profissionais se negam a fornecer os registros aos interessados – o que ocorre com maior freqüência nos processos de investigação de erros profissionais.

Ao mesmo tempo em que permite o acesso irrestrito do paciente a sua ficha clínica, o projeto de Emilia define como crime o fornecimento de informações do prontuário a qualquer outra pessoa que não tenha por obrigação ética manter sigilo profissional sobre os dados.

O médico ou outro profissional de saúde que deixar de elaborar o prontuário ou negar o acesso do paciente às informações poderá ser detido por até seis meses, e ainda pagar multa. Se o autor das anotações não se identificar de forma clara e precisa também pode sofrer pena de detenção, em caso intencional, de até dois anos.

– Minha intenção, com essa proposta, é dar aos usuários de serviços de saúde de nosso país um instrumento eficaz de garantia de seus direitos – argumenta a senadora em sua justificação.

Maguito aponta "despreparo" do governador de Goiás

Os caminhos equivocados que o governador Marconi Perillo estaria percorrendo à frente do governo de Goiás foram destacados pelo senador Maguito Vilela (PMDB-GO), ao pedir a transcrição, nos Anais do Senado, do artigo intitulado "Expulsem o herói, exalte-se o vilão", assinado pelo jornalista Helvécio Cardoso no *Jornal Opção* em 30 de maio de 1999. Para Maguito, o artigo deixa claro o despreparo do governador para o cargo.

Maguito diz que atuação de Perillo inquieta goianos

– Mostra o deslumbramento do governador Marconi Perillo, um jovem em idade que tem se mostrado extremamente velho e arcaico nas ações e absolutamente despreparado para o exercício de tão importante cargo, o que começa a gerar preocupação e inquietação na sociedade goiana – alertou o senador.

O artigo relata que não se cumpriram as promessas feitas por Perillo em sua campanha para o governo do estado. O que Helvécio Cardoso viu foram denúncias "espalhafatosas", prejulgamentos e condenações sumárias, que levaram a uma caça às bruxas, segundo o autor, numa tentativa de inviabilizar qualquer forma de oposição, uma "insana tentativa de transformar o PMDB em partido maldito".

As críticas contidas no artigo, garantiu Helvécio Cardoso, não se dirigem à pessoa do governador Marconi Perillo, mas à sua forma de atuar politicamente. Segundo o jornalista, o governador é bem-intencionado, "mas um poço de equívocos". O articulista afirma que o governador cercou-se de bajuladores, que seriam os seus maiores inimigos.

Maria do Carmo propõe instalação de defensoria

Citando a Constituição de 1988, que determinou a instituição da defensoria pública, a senadora Maria do Carmo Alves (PFL-SE) criticou os estados que "descumprem a lei, permanecendo omissos". Além disso, continuou a senadora, mesmo nas unidades da Federação onde o órgão existe, falta infra-estrutura.

Maria do Carmo disse que poucos estados oferecem o serviço

– Constatamos a ausência da defensoria, apesar de legalmente considerada essencial, na maioria dos estados; e, onde se faz presente, funciona sem nenhuma infra-estrutura de trabalho, profissionais em número reduzido e discriminados por tratamento e vencimentos desiguais – criticou a senadora.

Maria do Carmo informou que apenas os estados do Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Pará, Amazonas e Sergipe instalaram o serviço, com "imensurável benefício social". A senadora disse que seu estado, Sergipe, valorizou a carreira de defensor logo após a regulamentação da defensoria, em 1994, pelo governador João Alves. "Houve melhoria nos vencimentos e redistribuição dos defensores para atender as comarcas do interior."

Este trabalho, no entanto, não teve continuidade, denunciou a senadora. "As comarcas do interior clamam pela presença do defensor público. O Judiciário e o Ministério Público ficam de pés e mãos atados diante da estagnação da maioria dos processos. No governo de Albano Franco o tratamento é de absoluta indiferença e nenhuma preocupação", criticou.

Jucá condena novo convite a João Batista Campelo

Senador considera inaceitável que o delegado afastado da direção da Polícia Federal por pressão da opinião pública seja chamado pelo governador Neudo Campos para reassumir a Secretaria de Segurança de Roraima

Após ter renunciado à direção da Polícia Federal por denúncias de prática de tortura, é inadmissível que João Batista Campelo reassuma a Secretaria de Segurança de Roraima, a convite do governador Neudo Campos, disse ontem o senador Romero Jucá (PSDB-RR).

– O delegado perdeu a condição de ocupar a secretaria, a não ser que a tortura represente algo a ser banido apenas da linha do Equador para baixo – ironizou.

Caso o governador insista no convite, o senador o responsabiliza previamente por qualquer fato que porventura decorra da nomeação de Campelo e convocou a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), assim como os segmentos sociais envolvidos com a luta pelos direitos humanos, a exercerem vigilância estreita sobre os atos do delegado. O convite, na opinião de Jucá, representa uma aprovação dos atos pelos quais Campelo foi condenado pela opinião pública nacional.

Para o senador, tortura é assunto nacional e Roraima não pode ser transformado num estado "fiel depositário do restante do entulho autoritário".

Para Jucá, confirmação do convite pode ser encarada como aprovação da tortura

A senadora Heloísa Helena (PT-AL) elogiou a posição adotada por Jucá e considerou que a nomeação constituiria uma espécie de prêmio para o delegado, o que seria inaceitável. Marina Silva (PT-AC) lamentou a mentalidade de que "tudo pode" nos estados nortistas. "Todos devem rejeitar que ele seja premiado em qualquer lugar desse país", afirmou.

Para Antero de Barros (PSDB-MT), "se não serve torturador para a Polícia Federal, também não serve para ser secretário de Segurança de Roraima". Ele considerou o convite do governador "uma atitude de deboche". Como assistiu aos depoimentos do ex-padre José Antônio Monteiro e do delegado João Batista Campelo à Comissão de Direitos Humanos da Câmara, Antero afirmou ter visto "que Campelo foi defendido pelo que existe de pior em representação política no país", citando o deputado Jair Bolsonaro.

O senador Antero de Barros também lamentou que o chefe da Casa Militar da Presidência da República não tenha sido sequer advertido publicamente: "O setor de inteligência precisa ter mais responsabilidade ao passar informações para o presidente".

José Jorge elogia venda de áreas de produção de petróleo

José Jorge: aumento dos investimentos

O senador José Jorge (PFL-PE) ressaltou a importância da licitação de 27 áreas para prospecção petrolífera, realizada semana passada e que resultou na venda de 12 delas. "Haverá aumento de investimentos no setor, dinamização da produção petrolífera, mais empregos e desenvolvimento de outras indústrias ligadas a essas atividades", disse.

Para José Jorge, esse é um exemplo de "agenda positiva" que o governo deve divulgar melhor. "Hoje, a Petrobras já produz dois terços do consumo nacional de petróleo. Com o desenvolvimento de novas áreas, está aberto o caminho para a auto-suficiência, prevista para o ano 2004", afirmou.

Em aparte, o senador Paulo Souto (PFL-BA) lembrou duas outras boas notícias econômicas: a Embraer obteve um contrato bilionário e a Ford anunciou nova fábrica no Nordeste.

O senador Roberto Saturnino (PSB-RJ) disse que o governo deve aproveitar a vinda de novas companhias para produzir petróleo no Brasil para dar suporte ao desenvolvimento de uma indústria de bens e equipamentos de prospecção petrolífera. Também em aparte, o senador Romero Jucá (PSDB-RR) informou que o BNDES já reservou uma linha de crédito no valor de R$ 2 bilhões para financiar esse setor de atividade.

Melo defende retirada de apoio a autoridades

O senador Geraldo Melo (PSDB-RN) fala, à TV Senado, sobre proposta de emenda constitucional de sua autoria que prevê a retirada de apoio ao nome de autoridades aprovadas pelo Senado. Segundo Geraldo Melo, 49 senadores já assinaram a proposta. A entrevista vai ao ar hoje, às 8h30 e às 20h30.

Para o senador, o país vive novos tempos e o Senado tem realizado "apenas um ritual" na aprovação de nomes para ocupar cargos como os de presidente e diretor do Banco Central, embaixador e procurador-geral da República, entre outros.

Maria do Carmo relata a sua trajetória política

A senadora Maria do Carmo Alves (PFL-SE) fala de sua trajetória política e pessoal, em entrevista ao programa *Mulheres em Debate*, da TV Senado, que vai ao ar hoje às 9h e às 21h30.

Empresária da área de construção civil, a senadora Maria do Carmo desenvolveu ainda um intenso trabalho na área social quando o seu marido, João Alves, era governador de Sergipe. Um deles é o projeto "Pró-Mulher", um programa de política social e de saúde de governo dirigido à população de baixa renda que visa à prevenção do câncer ginecológico.

PROGRAMAÇÃO

TV SENADO

HOJE

6h30 – *Especial Unip* – Assunto: A próstata
6h55 – *Senado em Pauta*
7h – *Saúde Todo Dia* - Atividade: Hidroginástica para gestantes
7h30 – *Especial Unip* – Assunto: A próstata
7h55 – *Senado em Pauta*
8h – *Jornal do Senado*
8h25 – *Senado em Pauta*
8h30 – *Entrevista* – O senador Geraldo Melo fala sobre a aprovação de autoridades pelo Senado
8h55 – *Senado em Pauta*
9h – *Mulheres em Destaque* com a senadora Maria do Carmo
9h55 – *Senado em Pauta*
10h – Comissão de Assuntos Econômicos (ao vivo)
12h30 – *Entrevista* – O senador Geraldo Melo fala sobre a aprovação de autoridades pelo Senado
12h55 – *Senado em Pauta*
13h – *Cores do Brasil* – Em destaque: Bahia
13h30 – *Mulheres em Destaque* com a senadora Maria do Carmo
14h30 – *Sessão Plenária* (ao vivo)
20h30 – *Entrevista* – O senador Geraldo Melo fala sobre a aprovação de autoridades pelo Senado
21h – *Jornal do Senado*
21h25 – *Senado em Pauta*
21h30 – *Mulheres em Destaque* com a senadora Maria do Carmo
22h30 – *Sessão Plenária* (reapresentação)

RÁDIO SENADO

HOJE

8h – Agenda Senado
Em seguida – Música e informação
10h – Comissão de Assuntos Econômicos
Em seguida – Música e informação
14h30 – Sessão Plenária (ao vivo)
Em seguida – Música e informação
19h – "A Voz do Brasil"
Em seguida – Música e informação
20h30 – "Senado em Linha Direta – Edição Nordeste"
Em seguida – Música e informação.
21h - "Senado em Linha Direta – Edição Norte/Centro-Oeste"
Em seguida – Música e informação
21h30 – "Senado em Linha Direta – Edição Sul/Sudeste"
Em seguida – Música e informação
0h – Sessão Plenária (reprise)
Em seguida – Música e informação

Tião Viana cobra maior controle sobre a comercialização de medicamentos

O senador Tião Viana (PT-AC) cobrou uma manifestação do Ministério da Saúde sobre o pedido, formalizado pelo Instituto de Defesa do Consumidor (Idec), de retirada do mercado brasileiro de medicamentos condenados pela Organização Mundial da Saúde. Ele apelou ao ministro José Serra "para que a recém-criada Agência Nacional de Vigilância Sanitária trace diretrizes rígidas que impeçam a comercialização de produtos que possam ser nocivos à saúde da população brasileira".

Segundo Viana, produtos banidos em outros países são vendidos livremente no Brasil

A lista da OMS reúne produtos banidos ou retirados do mercado em outros países e drogas que não obtiveram registros ou que têm alguma advertência especial ou restrição de venda.

Viana salientou que sua posição é a mesma defendida pelo coordenador-executivo da Sociedade Brasileira de Vigilância de Medicamentos, José Rubem de Alcântara Bonfim, para o qual "as substâncias banidas em qualquer outro país também deveriam ser retiradas do mercado brasileiro".

Cerca de 115 substâncias da lista da OMS constam do pedido encaminhado pelo Idec. Elas são vendidas no Brasil com 642 nomes comerciais diferentes. Das 115, disse o senador, "82 foram proibidas por motivos de segurança em pelo menos um país e 22 delas têm restrições de uso ou advertências especiais".

Ele destacou, entre elas, as fórmulas pediátricas do ácido acetil salicílico, da tetraciclina e da dipirona, os medicamentos antifúngicos à base de cetoconasol e os microbianos à base de cloranfenicol. Tais substâncias têm comprovadamente efeitos nocivos, mas, conforme o senador, são comercializadas no Brasil livremente.

Gilberto Mestrinho reivindica ao governo mais atenção para a região amazônica

Referindo-se à disposição governamental de investir mais no mercado interno, o senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM) pediu que não sejam esquecidos o empresário e o trabalhador amazonenses. "A Amazônia precisa de políticas racionais para atingir seu desenvolvimento. Não pode ficar lá congelada, sujeita a interesses internacionais inconfessados", afirmou.

Em seu discurso, ele disse que é reduzido o efetivo militar que protege a região e grande, a cobiça internacional por suas riquezas. E lembrou que o projeto Calha Norte, de proteção das fronteiras, foi desativado, apesar de a Amazônia estar cercada por nações onde há a presença de guerrilheiros e do interesse por sua desnacionalização.

– É preciso uma atenção especial para aquela região, e a política do governo federal de incentivar a atividade econômica na região é fundamental. Se cada estado da Amazônia crescer, não importa o partido que estiver no poder, todos iremos bem. Todos têm direito ao progresso, ao desenvolvimento, ao bem-estar e ao conforto. Todos os amazônidas somos brasileiros – disse o senador.

Um plano de desenvolvimento da Amazônia é uma necessidade urgente, sustenta Mestrinho

Para Mestrinho, o que se define como globalização é a nova forma de os fortes dominarem os fracos, isto é, de os países que dominam tecnologia tirarem proveito dos menos desenvolvidos. Ele pediu que o Brasil se conscientize disso, e se mostrou otimista com a nova postura assumida pelo BNDES, em favor do crescimento da produção nacional, para que o país tenha competitividade no mercado externo. "Efetivamente, precisamos de uma política industrial voltada para o interesse interno", defendeu.

Eduardo Siqueira Campos repele nota do PT contra ACM

Para o senador, a reação do presidente do Senado à tentativa de inviabilizar os trabalhos das comissões parlamentares de inquérito foi a justa indignação de quem deseja levar as investigações até o fim

Nota emitida pelo PT com críticas ao presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, foi condenada ontem pelo senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO), que a considerou "absolutamente imprópria". Ele disse que não via no presidente do PT, José Dirceu, autoridade moral para impor regras de conduta ao presidente do Congresso.

O PT, na nota, diz considerar inaceitável o comportamento de Antonio Carlos Magalhães, acrescentando não ser esta a primeira vez que o presidente do Senado "se comporta como sombra da República, colocando-se acima da lei e da Constituição". O PT afirma, ainda, que as decisões do Supremo Tribunal Federal são para ser cumpridas, assim como as do Congresso Nacional.

Ao analisar a nota, Eduardo Siqueira Campos considerou defasado o entendimento de que devem-se cumprir, e não discutir, as decisões do STF. Ele condenou sobretudo o trecho em que o PT afirma que o presidente do Senado "está desestabilizando o país para atingir seu objetivo de controlar todo o poder". Para o senador, a reação do presidente do Senado à tentativa de inviabilizar o trabalho das CPIs foi a justa indignação de quem deseja levar as investigações até o fim.

Eduardo Siqueira Campos afirmou que ACM presta um grande serviço à nação

O senador também lembrou que o próprio deputado Aloízio Mercadante (PT-SP) apresentou uma proposta de emenda constitucional para que as CPIs tenham todos os poderes judiciais, a fim de que não haja mais dúvidas sobre a quebra de sigilo fiscal, telefônico e bancário dos investigados. Em aparte, o senador Pedro Simon (PMDB-RS) considerou infeliz a nota do PT. Tião Viana (PT-AC) indagou o que seria do país se a CPI que derrubou Fernando Collor não tivesse o poder que teve.

Numa segunda intervenção em plenário, para criticar a nota do PT, desta vez falando como líder, o senador Eduardo Siqueira Campos afirmou que o presidente do Senado tem prestado um grande serviço à nação. Ele sustentou que, se não fosse a coragem e o sentimento de Antonio Carlos Magalhães, "não teríamos a CPI do Judiciário nem estaríamos discutindo reforma do Judiciário".

Eduardo Siqueira Campos afirmou que o PFL não concorda nem aceita as críticas feitas a Antonio Carlos pela presidência do PT, e que o seu partido também não faz coro em favor do confronto entre poderes. Para o senador, quem desestabiliza o país é quem defende a renúncia do presidente da República e não o "destempero verbal".

Heloísa diz que partido defende trabalho de CPIs

Em resposta ao discurso do senador Eduardo Siqueira Campos sobre a nota do Partido dos Trabalhadores, a senadora Heloísa Helena (PT-AL) afirmou ontem que o documento deixa claro que o PT "não concorda com as decisões relacionadas às CPIs emanadas do Supremo Tribunal Federal, e estará apoiando todos os recursos legais e medidas legislativas cabíveis, pois não pode calar-se sob pena de compactuar com tentativas autoritárias de submeter um poder a outro".

Heloísa Helena justificou a nota do Partido dos Trabalhadores

A senadora leu a nota do partido, para "evitar que o debate feito na Casa dê a impressão, à opinião pública, de que o PT está completamente de acordo com tudo que vem do Supremo". Heloísa Helena lembrou que por ocasião do *habeas corpus* concedido a Francisco Lopes, ex-presidente do Banco Central, o partido propôs que se aprimorasse a Constituição e o Regimento Interno do Senado para estabelecer que as comissões parlamentares de inquérito tivessem suporte legal no sentido de agir como autoridade judicial.

Ela disse que o documento do PT, ao se referir ao presidente do Senado, "trata especialmente de mais um dos comportamentos que vêm sendo assumidos por S. Exª. em relação a vários outros episódios", nos quais, conforme a senadora, tem agido "como a pessoa com autoridade para criticar todas as outras". Heloísa Helena afirmou que estranhava palavras de Antonio Carlos segundo as quais o ministro que concedeu a liminar serviu ao regime militar e ao governo Collor, "já que S. Exª. também serviu ao presidente Collor".

A senadora ressaltou ser "de fundamental importância que a Casa faça todas as críticas necessárias aos magistrados", e disse também que a nota do PT trata de todo o desequilíbrio que se verifica no país e da necessidade da independência do Congresso Nacional e das forças políticas. Ela defendeu também que se aprimore a Constituição para garantir que o Congresso cumpra com sua "tarefa nobre" de fiscalizar os poderes.

Heloísa Helena afirmou que Eduardo Siqueira Campos, "na tentativa de defender o presidente do Senado, acabou errando ao dizer que o presidente do PT, deputado José Dirceu, não tinha autoridade moral para fazer nenhuma crítica ao presidente desta Casa".

Gilvam considera documento "irresponsável"

A nota da presidência do PT atacando o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, foi considerada "nefasta, inoportuna e irresponsável" pelo senador Gilvam Borges (PMDB-AP). Para ele, o PT está tentando obstruir o caminho de um possível candidato a presidente da República. "Não é assim que se faz", disse Gilvam. "Ainda é muito cedo."

Para o senador pelo Amapá, o PT errou ao afirmar que Antonio Carlos Magalhães "não tem autoridade moral". Gilvam Borges lembrou o passado do presidente do Senado, a coragem que teve para criar a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Judiciário e a sua luta em prol das reformas constitucionais. "Como não tem moral? Tem moral, sim", acrescentou.

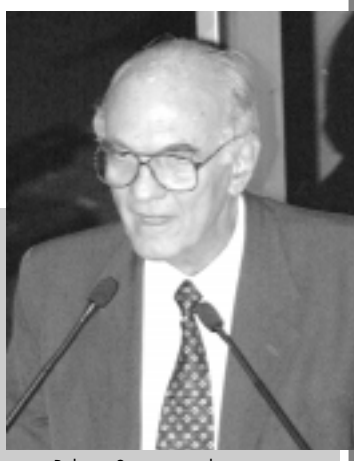
Gilvam: Olívio Dutra ficou inconformado com perda da Ford para a Bahia

Gilvam Borges mencionou outro motivo para a divulgação da nota oficial do PT: "A presidência do PT teve que atender à pressão do governador do Rio Grande do Sul, Olívio Dutra, inconformado com a perda da fábrica da Ford para a Bahia".

O senador disse que o estilo de ACM, condenado pela nota do PT, é forte e franco e "às vezes parece grosso". Mas, conforme Gilvam, o presidente do Senado "tem sensibilidade, é um homem doce e um democrata".

Saturnino vê risco à soberania com a "globalização militar"

O senador Roberto Saturnino (PSB-RJ) citou matérias da *Folha de S. Paulo* e da revista *Carta Capital* para alertar sobre o perigo da globalização militar, principalmente na região amazônica, que ameaça a soberania do país. Para o senador, é preciso que a nação brasileira tome consciência dessa ameaça e faça prevalecer os interesses nacionais, a autonomia na decisão de seus problemas e na solução das questões que dizem respeito aos brasileiros, "como é o caso da preservação do meio ambiente na Amazônia ou a defesa da indústria nacional".


Roberto Saturnino acha que a nação precisa conhecer ameaças e fazer prevalecer seus interesses

Segundo Roberto Saturnino, a matéria da *Folha* informa que "o comandante militar da Amazônia, Luiz Gonzaga Lessa, disse que a defesa da região pode ser utilizada como pretexto para intervenção armada no Brasil por parte dos países desenvolvidos".

Já a revista *Carta Capital* alerta para "a ação de absoluta desenvoltura" realizada pela Drug Enforcement Administration (DEA) no combate ao narcotráfico no país, diz o senador.

Ele cita várias propostas que tendem a favorecer os países hegemônicos, como a criação de uma força armada para intervenção no continente americano e a moeda única americana no continente, entre outras. "Vivemos uma conjuntura de assédio à soberania nacional", completa Roberto Saturnino.

De acordo com o senador, no fundo essas ações só acentuam a dominação das nações mais fortes, aumentando a diferença entre países pobres e ricos, e que é preciso resistir a "essas armadilhas de dominação".

CONIVÊNCIA

Em aparte, o senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM) disse que o discurso de Roberto Saturnino reflete o clima real que existe em relação à Amazônia e que esta situação está ocorrendo com a conivência das autoridades brasileiras.

Segundo Mestrinho, várias personalidades internacionais fazem o mesmo discurso, tentando convencer "que a Amazônia não é nossa".

Entra em vigor lei que permite uso de fax em petições na Justiça

Entra em vigor no próximo domingo a lei que permite o uso de sistemas de transmissão de dados nas práticas de atos processuais. A lei, de autoria do senador Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB), contribui para agilidade da Justiça, já que os cartórios e juízos estarão obrigados a aceitar petições por fax ou meio similar. A utilização dessas formas de comunicação não prejudica a observância dos prazos processuais, já que os documentos originais deverão ser entregues em juízo até cinco dias antes da data do seu término.

Ronaldo Cunha Lima

Caso não haja concordância entre o original remetido e o documento entregue em juízo, as partes que fizerem uso do fax para a efetivação de atos processuais serão consideradas litigantes de má-fé. A matéria foi aprovada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) em outubro de 1997. Enviada à Câmara, foi aprovada em 10 de maio. No último dia 26 foi sancionada pelo presidente da República.

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Geraldo Melo, Nabor Júnior, Gilberto Mestrinho, Gilvam Borges e Luiz Otávio